



Anais do I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana:
Mapeando a Política Externa do Cone Sul. Foz do Iguaçu, 2015.

Realização: Núcleo de Pesquisa de Política Externa Latino-Americana (NUPELA)

A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA GT1: PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICA EXTERNA

Ronaldo Silva¹

RESUMO: O presente trabalho trata da política externa da República Cooperativa da Guiana, para tanto, realiza-se uma revisão da literatura, bem como a verificação da Constituição e documentos oficiais, que possibilitem uma coleta de dados que indiquem o direcionamento da política externa guianense desde sua independência, procurando verificar quais temas predominam na agenda. A questão que se procura responder é: quais foram as principais características das diretrizes da política externa da República Cooperativa da Guiana a partir de sua independência? A Guiana teve um processo de independência tardia e buscou definir suas diretrizes políticas internas e externas levando em consideração as limitações que se apresentaram neste contexto. Após a sua independência, a Guiana foi a busca de sua autoafirmação no contexto internacional, sendo fortemente condicionada por fatores domésticos em suas relações exteriores, além de buscar o desenvolvimento dos seus próprios interesses políticos, sociais e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Guiana; Política Externa; Agenda internacional

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da política externa da República Cooperativa da Guiana, com o objetivo de responder, quais foram as principais características das diretrizes da política externa da República Cooperativa da Guiana a partir de sua independência.

Para tanto, realiza-se uma revisão da literatura, bem como a verificação da Constituição e documentos oficiais, que possibilitem uma coleta de dados que indiquem o direcionamento da política externa guianense desde sua independência, procurando verificar quais temas predominam na agenda.

A República Cooperativa da Guiana teve um processo de independência tardia e buscou definir suas diretrizes políticas internas e externas levando em consideração as limitações que se apresentaram neste contexto. A Guiana possui uma população aproximada em 751.223 (BUREAU OF STATISTICS, 2002), em uma área total de 214.970 km quadrados, sendo 80% em florestas. O Estado está localizado na costa nordeste da América do Sul, sendo conhecido também como “Tierra das Águas”, uma referência aos numerosos rios que existem.

A Guiana é o único Estado-membro da Commonwealth² (Comunidade de Nações) situado na América do Sul, sendo a única nação sul-americana a ter o inglês como idioma oficial. A Guiana é membro da Comunidade do Caribe³ (CARICOM), que tem a sede do bloco em sua capital de Georgetown. Além de ser membro do CARICOM, é membro pleno da União de Nações Sul-Americanas⁴ (UNASUL).

¹ Graduado em Relações Internacionais e Integração da UNILA. Participa do Núcleo de Pesquisa de Política Externa Latino-americana (NUPELA) - E-mail: ronaldosilvars@hotmail.com

² Commonwealth é uma organização intergovernamental, frente às necessidades dos membros e capaz de enfrentar os desafios globais importantes do futuro. É composta por 53 Estados soberanos, que se consultam-se e cooperam-se mutuamente seus interesses e objetivos sociais, culturais, políticos, econômicos e da promoção da paz mundial. Ver mais em: <http://thecommonwealth.org/our-charter>

³ É um bloco de cooperação econômica e política, criado em 1973, formado por ex-colônias de potências europeias que, após a sua independência, viram-se na contingência de aliar-se para suprir limitações decorrentes da sua nova condição e acelerar o seu processo de desenvolvimento econômico. Ver mais em: <http://www.caricom.org/>

⁴ A União de Nações Sul-Americanas, UNASUL, é uma organização internacional criada em 2008 como um impulso para a integração regional em energia, educação, saúde, meio ambiente, infra-estrutura, segurança e

Historicamente, a Guiana conquistou sua independência do Reino Unido em 1966 e tornou-se uma república em 1970, definindo suas diretrizes externas a consolidação de sua emancipação política, financeira e a preservação de sua integridade territorial. A Guiana, demarca no contexto internacional, uma importância singular, pois revela-se como a ligação do continente da América do Sul com o Caribe, assim como, a ser a sede de um organismo intergovernamental, o Caribbean Community (CARICOM), localizada na cidade de Georgetown, capital do Estado.

O CARICOM enquanto um bloco de cooperação econômica e política, visa suprir as lacunas e limitações dos Estados-membros do organismo, na fomentação do desenvolvimento econômico, incentivando sempre a cooperação, a organização participativa, e a promoção ativa da política externa dos Estados-membros. Fazem parte do bloco, a Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Monserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

Este bloco de integração regional, faz da Guiana um centro diplomático de promoção da política internacional na América Latina e Caribe. Como elo de integração da América do Sul e o Caribe, a Guiana encontra-se em uma posição geopolítica privilegiada de integração regional. No entanto, diante os princípios das diretrizes de política interna e externa, a Guiana vem demarcando um desenvolvimento socioeconômico de dependência orientado aos Estados Unidos das Américas (EUA) e outros países não latino-americanos.

Não obstante, em suas principais características das diretrizes da política à ser apresentada, torna-se plausível de questionamentos os alinhamentos e estratégias promovida pela Guiana para promoção da integração regional, haja vista, sua orientação para os EUA e Europa.

CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIOCULTURAL

Compreender as características das diretrizes da política externa da República Cooperativa da Guiana, implica-nos examinar um breve panorama de sua história, uma vez que, somente em 1966 a Guiana obtém sua independência e define suas fronteiras político-econômicas, suas diretrizes e agendas de sua política interna e externa no cenário internacional.

Em 1498, o território formado por uma faixa costeira pantanosa, por um planalto central no interior e por uma região montanhosa situada na fronteira com a Venezuela, com o Suriname e com o Brasil, foi explorada por navegantes espanhóis e colonizado no século XVII por neerlandeses da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Mais tarde em 1814, a Holanda cedeu a região aos ingleses, que a batizaram oficialmente de Guiana Inglesa em 1831, tornando-a colônia britânica. Abaixo é possível uma melhor visualização das fronteiras geográficas da posição da Guiana:

Durante seu processo de colonização e exploração britânica, as dificuldades encontradas para recrutar trabalhadores braçais entre os indígenas, fazem as autoridades coloniais importarem escravos negros. No entanto, as dificuldades de introduziram os escravos, os trabalhadores indianos substituíram os negros nas

*plantation*⁵ do interior. Mas com abolição do tráfico, os ingleses trouxeram trabalhadores chineses e indianos a partir da década de 1830, na condição de *Indentured Servants*⁶, o que também foi feito pelos holandeses a partir da década de 1870 com indianos e indonésios, especialmente javaneses. (VISENTINI, 2007, p.178).

Mapa: Posição geográfica da Guiana

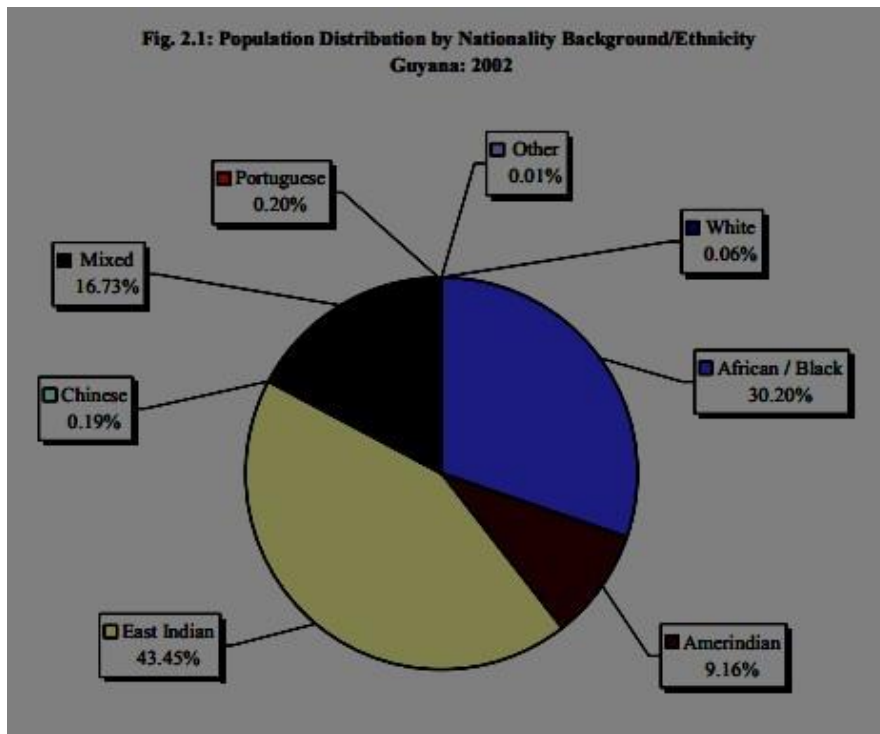


Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@5.7050462,-62.0914075,5z>

Diante o processo de colonização, o contexto multicultural frente ao desenvolvimento de políticas agressivas em sua formação histórica, está marcado por conflitos étnicos, ideológicos, sociais, culturais e políticos local-regional. A composição étnica da Guiana revela-se por ameríndios, afro-descendentes, indianos, chineses, mestiços, portugueses, brancos e outros como ingleses e holandeses, conforme o último censo realizado, vejamos (BUREAU OF STATISTICS, 2002):

⁵ Modelo de organização econômica em que se destacam quatro aspectos principais: latifúndio, monocultura, mão de obra escrava e produção voltada para o mercado externo. In: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/plantation-modelo-foi-implantado-no-periodo-colonial.htm>

⁶ Uma pessoa sob contrato que veio para a América e foi colocado sob contrato para trabalhar para outro durante um período de tempo, especialmente durante os séculos 17 e 19, geralmente remuneração, mas em troca de passagem livre para um novo país. Geralmente são servos contratados, incluindo imigrantes, vítimas de perseguição política ou religiosa, pessoas sequestradas, condenados e indigentes. In: <http://dictionary.reference.com/browse/indentured-servant>



Fonte: Bureau of Statistics. Population & Housing Census – Guyana National Report. Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy/census.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.

A República Cooperativa da Guiana em seu último censo, aponta uma população aproximada em 751.223 (BUREAU OF STATISTICS, 2002), enquanto que 2014 de acordo com o Banco Mundial há uma população estimada em 763, 893 mil, em uma área total de 214.970 km quadrados. Sua composição étnico-racial mostra que há 0,20 % de portugueses, 0,19% de chineses, 0,01 % de outras etnias/raças, 0,06% de brancos, 30,20% de africanos e/ou negros, 9, 16% de ameríndios, 43,45% indianos e 16,73% misto. Enquanto que em termos religiosos:

os cristãos representam 50% da população (33% protestantes e 17% católicos), os hinduístas 34% e os muçulmanos 9%. Etnicamente, os hindus constituem 50% da população, os afro-descendentes 33% e os 17% restantes são ameríndios, mestiços, chineses e europeus. Apenas 32% da população é urbana e Georgetown, a capital, conta com 234 mil habitantes. (VISENTINI, s/n, p.02).

Diante os dados populacionais, o Banco Mundial (2014) demonstra em seus indicadores de desenvolvimento mundial, uma expectativa de vida de 66 anos ao nascer, um crescimento anual da população urbana de 1%, uma densidade de 4 habitantes por km², tendo 37 usuários de internet a cada 100 pessoas e um crescimento de PIB em 4% anual. Esse contexto, marcado por faces multiétnicas revela-se arraigado a profundas crises políticas internas de descolonização, à insurgência de demandas e estratégias de promoção de desenvolvimento humano social e cultural, através de políticas de reparações.

ECONOMIA

Pensar os princípios norteadores da política externa da República Cooperativa da

Guiana, implicar-nos olhar diante suas variáveis, a sua unidade política econômica. Entre as unidades estatais de promoção da política externa, há uma economia política subjacente, em uma dimensão de capacidades de distinções e materializações de atuação no do Estado cenário internacional.

Nesse contexto econômico, a Guiana revela-se como uma economia aberta e dependente ao comércio internacional. Possui uma economia voltada para o setor primário, como a mineração e indústria (bauxita, açúcar, processamento de arroz, madeira, têxteis, mineração de ouro) e agropecuária (cana-de-açúcar, arroz, óleos comestíveis, carne bovina, suína, aves, camarão, peixe), diante uma taxa de produção industrial de 12% em 2014. No entanto, somente 35% da sua população está abaixo da linha da pobreza em 2006. (CIA, 2015). O Produto Interno Bruto (PIB) gira entorno dos 4% a 5% em 2014, diante um orçamento de 732, 2 milhões de dólares incompatíveis com as despesas de 874,3 milhões, em uma estimativa de 2014. Uma dívida pública de 58% estimada 2014 do Produto Interno Bruto. (CIA, 2015).

Entre seus principais importadores está os Estados Unidos das Américas, Trinidad e Tobago, Venezuela, China, Suriname, Japão, Reino Unido, Barbados, México, Canadá. Os principais produtos importados são combustíveis e lubrificantes, bens de finalidades especial, artigos de ferro e aço, cal e cimento, entre outros. Abaixo é possível uma visualização mais detalhada dos principais bens importados, principais países e o percentual de importação de origem. Vejamos:

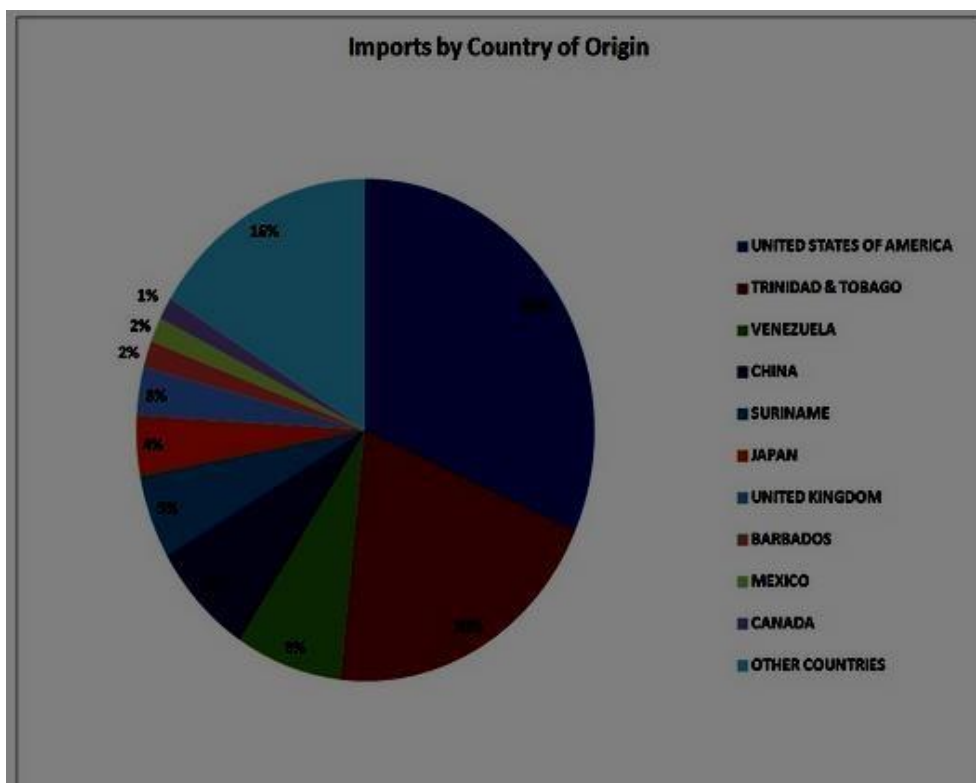
Principais países de importação:

COUNTRY	VALUE (US\$'000)	CONTRIBUTION (%)
UNITED STATES OF AMERICA	281,117.7	31.6
TRINIDAD & TOBAGO	179,517.6	20.1
VENEZUELA	67,617.2	7.6
CHINA	65,762.9	7.4
SURINAME	47,745.0	5.4
JAPAN	34,382.9	3.9
UNITED KINGDOM	27,869.2	3.1
BARBADOS	15,470.1	1.7
MEXICO	13,892.7	1.6
CANADA	12,808.7	1.4
OTHER COUNTRIES	144,767.2	16.2
TOTAL	890,951.3	100.0

Customs Average R.O.E for January - July, 2015 is G\$206.50 to US\$1.00

Fonte: <http://www.statisticsguyana.gov.gy/trade.html#partners1>

Grau de porcentagem de importação de cada país



Fonte: <http://www.statisticsguyana.gov.gy/trade.html#partners1>

Bens/produtos importados

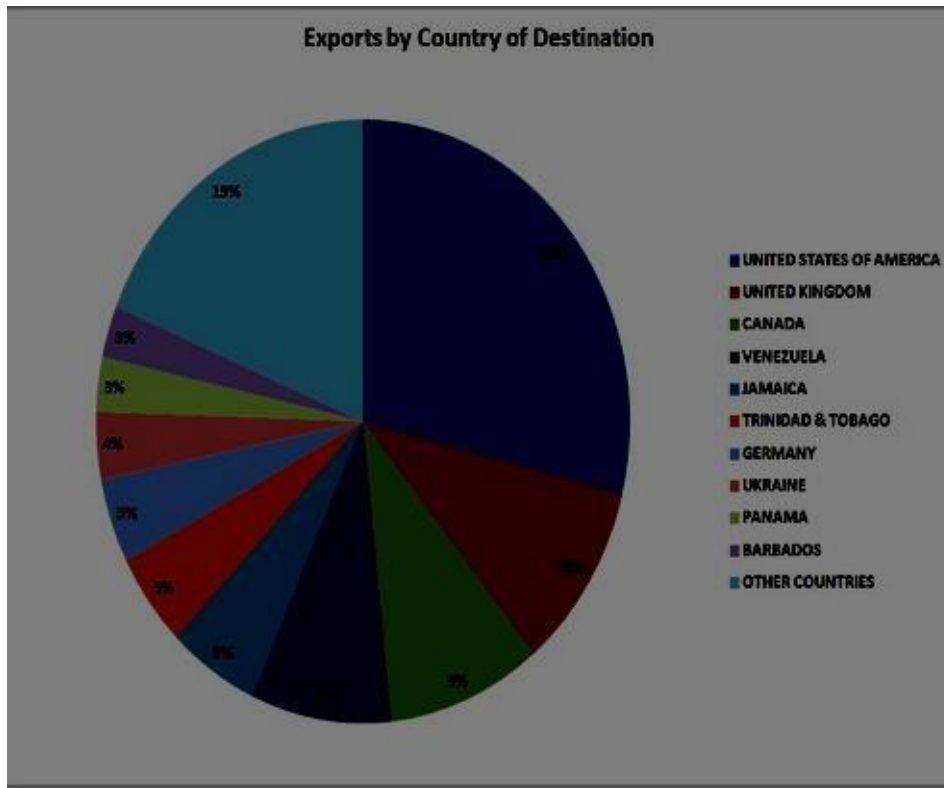
SITC3 GROUP	ITEM	VALUE (US\$'000)	CONTRIBUTION (%)
334	Fuel and Lubricant	225,751.7	25
782	Goods and Special Purpose Motor Vehicles	75,190.7	8
672-679	Articles of Iron and Steel	28,375.8	3
661	Lime, Cement etc.	24,833.5	3
723	Contractors Plant Equipment	23,002.2	3
022	Milk and Cream	20,570.5	2
781	Motor Cars	20,747.0	2
562	Fertilizers, Manufactured	17,520.2	2
893	Articles of Plastic	19,596.6	2
764	Telecommunication Equipment	17,294.6	2
	Other Imports	418,068.6	47
	TOTAL	890,951.3	100.0

Fonte: <http://www.statisticsguyana.gov.gy/trade.html#partners1>

Em contrapartida as importações, o principal destino de exportação da Guiana é os Estados Unidos das Américas, seguido pelo Reino Unido, Canadá, Jamaica, Venezuela, Trinidad e Tobago, Alemanha, Ucrânia, Barbados, China, entre outros países. Os principais bens de exportação da Guiana são: outro, arroz, bauxita, açúcar, camarão, madeira, peixes e subprodutos, entre outros produtos. Abaixo é possível uma melhor visualização dos principais países, suas porcentagens e os principais bens de exportação. Vejamos:

COUNTRY	VALUE (US\$'000)	CONTRIBUTION (%)
UNITED STATES OF AMERICA	178,274.4	28.9
UNITED KINGDOM	62,418.4	10.1
CANADA	57,662.6	9.3
VENEZUELA	52,612.5	8.5
JAMAICA	34,061.8	5.5
TRINIDAD & TOBAGO	31,102.1	5.0
GERMANY	28,028.6	4.5
UKRAINE	22,341.1	3.6
PANAMA	18,009.4	2.9
BARBADOS	17,161.9	2.8
OTHER COUNTRIES	116,035.6	18.8
TOTAL	617,708.4	100.0

Grau de porcentagem de exportação e países



Fonte: <http://www.statisticsguyana.gov.gy/trade.html#partners1>

Principais bens/produtos de exportação da Guiana

ITEM	VALUE (US\$'000)	CONTRIBUTION (%)
Gold	221,558.2	35.9
Rice & Paddy	139,801.6	22.6
Bauxite	59,112.6	9.6
Sugar	30,837.2	5.0
Shrimp and Prawns	31,092.8	5.0
Timber	27,195.4	4.4
Fish and By-Product	21,318.8	3.5
Prepared Foods	11,551.7	1.9
Bottled Rum & Spirit	12,615.2	2.0
Diamond	10,229.0	1.7
Other Exports	30,095.8	4.9
Re-Exports	22,300.1	3.6
TOTAL	617,708.4	100.0

Fonte: <http://www.statisticsguyana.gov.gy/trade.html#partners1>

A economia da Guiana, em sua interação dinâmica entre o ambiente doméstico e internacional, demanda de estratégias estruturas de política públicas, para a fomentação de possibilidades de desenvolvimento interno e externo à promoção de sua independência. Todavia, diante o processo de independência tardia, a Guiana encontra-se dependente de economias globalizadas, carecendo de uma industrialização a guiar sua economia ao mercado internacional.

INFRAESTRUTURA

No que se refere a área de infraestrutura destaca-se os 117 aeroportos, sendo 11 com pistas pavimentadas e o restante com pista não pavimentadas. Possui um total de 7.970 km de estradas, sendo 590 km pavimentadas e 7, 380 não pavimentadas. (CIA, 2015).

A Guiana possui 330 km de vias e/ou rios navegáveis, sendo o Berbice, Demerara e Essequibo. Em termos de comunicação, estima-se que 36,7% da população possui acesso à internet, sendo que 270.200 pessoas possui acesso à internet num total de quase 770,00 mil habitantes. Os meios de telecomunicação está centrada no governo, sendo a Rede Nacional de Comunicações (NCN) TV é propriedade do Estado. Há algumas estações de televisão privadas que retransmitem os serviços via satélite.

O Estado opera 2 estações de rádio que transmitem em frequências múltiplas, capazes de atingir todo o país. O governo estabelece limites para o licenciamento de novas estações de rádio privadas continuarem a operar, um meio de restringir a concorrência nos meios de radiodifusão. No entanto, há uma carência na construção de redes de transmissão de telefonia fixa e de celulares. (CIA, 2011).

Em sua capacidade energética há uma produção estimada em 725 milhões de kWh, sendo 523 milhões de kWh em consumo de eletricidade. No entanto, o Estado demanda de estratégias para a produção de hidrelétricas e novas fontes de energéticas, pois entre suas principais importações e gastos, estão os combustíveis e lubrificantes. (CIA, 2015). Ademais, a Guiana possui condições a consolidar como elo de integração do Estado ao Caribe, assim como da América do Sul ao Caribe. Por sua posição privilegiada com acesso ao mar do caribe, verifica -se que ainda é pouco explorado o porto de Georgetown, que leva o nome da capital da Guiana. O porto é a principal via de importação e exportação da Guiana ao mundo, todavia, carece de política setoriais e de remodelagem estruturais para acesso das grandes navegações, assim como abertura de novos espaços e empresas que oporem na promoção de mão de obra especializada. O porto em Georgetown, revela como a via de integração da América do Sul ao Caribe, no entanto, demanda de ações com países vizinhos para promoção de pavimentação de estradas que possibilitem o ligamento dos países vizinhos as principais vias e/ou estradas na Guiana.

No que tange o caso brasileiro, além de um processo de cooperação para pavimentação de vias internas para acesso à Guiana, o governo brasileira demanda de estratégias políticas e burocráticas para pavimentação das próprias estradas na amazônia. Por se trata de um tema de interesse que perpassa todos os Estados da América do Sul, se necessário a abertura de diálogos intergovernamentais para promoção de grandes obras de infraestrutura a todo o continente.

SEGURANÇA E DEFESA

No que se refere a área de segurança e defesa, as abordagens realistas demarcam que, entre as principais unidades estatais de análise das capacidades e poderes do Estado no cenário internacional está “pautada em questões relativas à segurança e ao poderio bélico dos Estados”. (FIGUEIRA, 2011, p.08). A segurança e as capacidades bélicas dos Estados diante as transformações a partir de 1970 confluem com outras unidades estatais, desmitificando o mito de que as transformações de ordem econômica pouco caracterizavam o cenário de relações internacionais.

É fato que, diante o processo de globalização, há uma nova configuração da política mundial e de cenários cada vez mais complexos, se fazendo necessários a abertura de novas correntes que sustentem as dinâmicas de relações políticas no sistema internacional. No entanto, as unidades de segurança e defesa, possuem uma tradição empreendida, pois por natureza, o Estado “é belicoso e sua meta final é atingir o estágio de hegemonia absoluta, resultando, conseqüentemente, na inevitabilidade do conflito, sendo a paz possível em momentos de equilíbrios do poder bélico entre as grandes potências mundiais”. (FIGUEIRA, 2011, p.08).

Dessa forma, no âmbito da capacidade de segurança e defesa, a Guiana tem revelado estratégias de promoção de sua defesa, principalmente diante os conflitos ocorridos em sua delimitação territorial. A Guiana possui uma população estimada a quase 770, 000 mil habitantes, sendo destes, uma faixa aproximada de 1100 militares. Do total de 1100 militares, são 900 homens e mulheres no Exército, 100 na Aeronáutica e 100 na Marinha; Guarda Costeira e Patrulha Fluvial.

A Guiana, em termo de aparato militar, possui 6 velhos EE-9 Cascavel armados com canhão de 90 mm, Viatura Blindada de Reconhecimento (VBR) fabricada pela empresa brasileira ENGESA S.A. Possui também 4 Shorlands, fabricação do Reino Unido e 11 EE-11 Urutu de transporte de tropas anfíbio, fabricada também pela ENGESA S.A. Estes blindados são capazes de receber uma grande variedade de equipamentos conforme as necessidades dos utilizadores, e em sua versão básica transporta até 12 militares, além do motorista e atirador.

Em sua força aérea, a Guiana possui na ativa duas aeronaves de asa fixa, a Skyvan Curto (versão SC-7 Skyvan 3M) de fabricação do Reino Unido, a Harbin Y-12 Panda (versão Y-12) de fabricação da República Popular da China, e 4 helicópteros, sendo 2 Bell 206 JetRanger (versão 206B), 1 Sino 412 (versão 412), e 1 RotorWay Exec 162F (versão 162F), todos de fabricação dos Estados Unidos das Américas.

Na defesa marítima, foi possível identificar ao longo da pesquisa, que a Guiana possui barcos de patrulhas e um navio de fabricação brasileira, e encontra-se em fase de aquisição de mais unidades de navios-patrulhas leves. A Guiana tem buscado constantemente um alinhamento com o Estado brasileiro, na promoção de formação e treinamento de seu exército, assim como, na própria cooperação de sua frota militar.

CENÁRIO POLÍTICO DOMÉSTICO E INTERNACIONAL

Para interpretar, “um conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o serviço o máximo de fatores disponíveis tanto no ambiente interno

como no ambiente externo” (MERLE⁷, 1990, p. 2604 *apud* FIGUEIRA, 2011, p.5), percebe-se que as unidades estatais da Guiana, carecem de uma dinâmica de políticas públicas internas para uma utilização mensurável de sua imagem nacional como capacidade de liderança em seu “elo” para a promoção integração regional, diante sua posição privilegiada entre América do Sul e Caribe.

Todavia, a complexidade dos novos cenários no sistema internacional, põem em debate o processo de tomada de decisão que, mesmo carregado por uma multiplicidade de agentes que tenta influenciar, encontra-se resguardada nas premissas tradicionalistas do Estado, enquanto ator unitário, em que, estão centradas nas mãos do Executivo, a ação de tomada de decisão. Não se pode negar que, para uma compreensão das dinâmicas entre os ambientes doméstico e internacional a realizar o processo decisório da política externa, se faz necessário “um complexo jogo de interação entre diferentes atores permeados por uma imensa gama de estruturas, seja do sistema internacional, seja do doméstico, envolvidos em um processo dinâmico de interação” (FIGUEIRA, 2011, p.20).

Não obstante, as insurgências de movimento políticos doméstico no processo de descolonização demarca rupturas de relações “de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes. (QUIJANO, 1991, p.01). O movimento de independência tardia a forma-se a República Cooperativa da Guiana ganhou impulso somente no período pós-Segunda Guerra Mundial arraigado a conflitos partidários e socioculturais às fragmentações organizacionais. (LIMA, 2011). De modo que, a década 1960- 1970 constitui-se em toda a América Latina, um período de aproximação dos Estados Não- Alinhados a processos de integrações regionais na medida em que,

a adoção na região das políticas neoliberais do Consenso de Washington acarretou sérios problemas econômicos e sociais, engendrando um movimento de contestação social e política que resultou na mudança de governos em vários países da América do Sul. Assumiram o governo correntes políticas que haviam contestado a onda neoliberal (SOUZA, 2012, p.114-115).

No contexto político doméstico à formação da República Cooperativa da Guiana, vive-se uma insurgência de movimentos pela independência após 1945, impulsionada,

através do Partido Popular Progressista (PPP), organização multi-étnica que defendia uma plataforma de independência nacional e reformas sociais de matizes socialistas, fundado em 1950. O líder do PPP, Cheddi Jagan, foi eleito para o cargo de primeiro ministro em 1953, 1957 e 1961, nos marcos de um regime de autonomia concedido pela Inglaterra em 1953. Temendo a agitação popular, os comunistas e a radicalização esquerdista do PPP, os ingleses suspendem a Constituição em 1957. Frente à pressão popular, em 1961 é concedida autonomia total e com a maioria do PPP na Assembléia, uma nova Constituição é promulgada e Jagan reeleito. Paralelamente, ocorre em 1955 uma cisão no PPP, com a criação do Congresso Nacional do Povo (PNC), liderado por Forbes Burnham, com base étnica nos afrodescendentes. Os indianos continuam vinculados ao PPP de Cheddi

⁷ MERLE, Marcel. Política externa e relações internacionais. In: BRAILLARD, Philippe. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

Jagan. Todavia, as razões da divisão não foram exclusivamente comunitárias, pois as empresas estrangeiras, especialmente norte-americanas, temiam o movimento de Jagan e contribuíram para a ascensão de uma liderança rival. Entre 1962 e 1964 crescem os confrontos entre os partidários do PPP e do PNC e em 1964 Burnham se torna primeiro ministro, com apoio de outras minorias, nucleadas na Força Unida. Seguem-se violentos conflitos comunitários, que levam os britânicos a intervir e, na seqüência, a conceder a independência completa à Guiana em 25 de maio de 1966, dentro da Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth). Em 1968 Burnham é reeleito e, em 1970, para surpresa de muito, transforma a Guiana na primeira “República Cooperativa” do mundo. (VISENTINI, s/n, p.03).

Não obstante, enquanto que em toda a América do Sul, vive-se um período de reestruturações político-econômicas e sociais, após o governo de Burnham em 1970 transformar a Guiana em uma primeira República Cooperativa do mundo, a diplomacia guianense se estruturou em torno de cinco princípios, o “1) não-alinhamento; 2) apoio às causas progressistas mundiais; 3) unidade econômica do Caribe anglófono; 4) militância anti-Apartheid; e 5) integridade territorial face aos litígios fronteiriços com a Venezuela e o Suriname”. (VISENTINI, s/n, p.04).

Os princípios expostos a edificarem as ações do governo no desenvolvimento de sua política doméstica e internacional, revelou ao longo da história da Guiana, entorno de suas capacidades econômica, de infraestrutura, de segurança e defesa e das sociedade socioculturais, enquanto unidades estatais que carregam em suas capacidades, matérias e simbólicas, determinantes de modulação cultural de sua política externa. Os múltiplos espaços e significados condicionantes dessas unidades passaram a permear uma valoração de seu poder no cenário internacional. No entanto,

a orientação da política externa, que até então era direcionada ao mundo anglo-saxão, especialmente em direção ao Caribe anglófono, ganhou uma dimensão ideológica. Desde 1965 a Guiana integrava a CARIFTA (Caribbean Free Trade Association), que em 1973 se transformou em CARICOM, mas a orientação diplomática pró-norte-americana de Burnham, em 1970, enveredou para o não-alinhamento (a Cúpula de 1972 do MNA foi sediada em Georgetown), causas terceiro-mundistas e cooperação com os países socialistas, com reconhecimento diplomático e certa cooperação econômica com a URSS, o leste europeu e Cuba. Tratava-se, entre outras coisas, de uma forma de esvaziar a plataforma esquerdista do rival PPP, de forte ressonância popular. (Idem).

Desde o processo de estruturação do Estado, a Guiana revelou-se um verdadeiro cenário de coalizações políticas, internas e externas. As tomadas de decisões dos presidentes, diante as variáveis de sua política interna, foram usadas como instrumento de estratégias de diplomacia de sua política externa. É fato que, as dinâmicas culturais e de poderes que configuram a política mundial desde de 1648, diante as transformações nas relações estruturais dos Estados à emergência de novos atores diante a uma ausência de um poder central no sistema internacional, fez emergir novas condutas permeadas pelos constrangimentos e suas possibilidades de associações e/ou cooperações no plano externo. No que se refere ao conflito fronteiriços com a Venezuela e com o Suriname,

em 1962 a Venezuela manifestou o desejo de rever o acordo de fronteira de 1899 sobre a região de Essequibo, que representava mais da metade do território da Guiana. A independência de um frágil país que se avizinhava, atizou a ambição venezuelana, que não teria mais de tratar com a poderosa Inglaterra. Em 1967 vetou o ingresso do país na OEA e em janeiro de 1969 fomentou a rebelião de fazendeiros e indígenas no sul da região em litígio. Os rebeldes assassinaram vários policiais e o governo revidou enviando o exército, que arrasou aldeias e fazendas, expulsando-os. A Venezuela viu-se isolada internacionalmente e, no ano seguinte, firmou o Protocolo de Port-of- Spain, que definia uma moratória de vinte anos para o litígio. A tensão retornou em 1981, quando o presidente Luis Herrera Campins recusou-se a renovar o Protocolo. Contudo, a Guerra das Malvinas em 1982 e a invasão americana à ilha de Granada em 1983 (Burham era aliado de Maurice Bishop e seu Partido New Jewel) criaram novas condições para a cooperação entre os dois países. As relações com os Estados Unidos, por sua vez, eram difíceis, pois Washington acusava a Guiana de permitir a escala, no aeroporto de Timehri, dos aviões cubanos que levavam tropas para Angola. As relações bilaterais, depois de melhorarem durante o governo Carter, voltaram a piorar com a chegada de Reagan ao poder. Aliás, a presença de cubanos no país preocupava o regime militar brasileiro, que ofereceu ajuda em troca da expulsão destes. A Guiana foi signatária da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, estabelecida em 1978 (o país também integra o SELA). A construção da rodovia Manaus-Georgetown foi iniciada, sendo concluída e pavimentada vários anos mais tarde. (Idem, p.04-05).

Na medida em que as relações da política doméstica e internacional (re)defini-se, os governos que perpassam a história da Guiana revelam faces de coalizações de políticas partidárias pós-coloniais de uma nação a favor da descolonização e a uma autodeterminação dos povos. A história revela implicações decisivas da estruturação das capacidades e poderes a partir do olhar do seu povo, na auto-afirmação de suas identidades social, cultural, política e econômica.

Á ótica das abordagens realistas, a Guiana é marcada por um processo de independência tardia, colocando-nos a (re)pensar o seu papel e os seus desafios diante das configurações de sua atuação independente no sistema internacional. No entanto, suas alianças e estratégias econômicas principalmente com os Estados Unidos das Américas, e com o Brasil na área de segurança e defesa, permite repensar seus princípios e interesses políticos próximos, onde as faces ocultas de um novo tempo histórico, transpõe as fronteiras ideológicas, a reinterpretar o presente à modelagem do futuro.

No contexto presente da Guiana demarca a afirmação de sua pluralidade social e cultural a de não contrapor-se a (des)igualdade a diferença local na medida em que sua emancipação regional conquista “simpatia e apoio à sua posição, cultivando boas relações com todos os Estados amigos e amantes da paz, e insistindo no pleno respeito ao direito internacional e aos princípios e objetivos das Nações Unidas” (INSANNALLY, 2004, p.114). No entanto, em seu passado remoto, a política doméstica revelou-se enquanto instrumentalização de coalizão a promoção da política internacional, pois ainda em 1976, Cheddi Jagan e seu PPP, propunham- se a fomentação de,

uma unidade nacional anti-imperialista. Mas com a proclamação da nova Constituição, voltaram a abandonar o parlamento. Paralelamente, o país viveu situações que complicaram a legitimidade internacional do regime. (...) Em 1980 Burnham foi reeleito por meios fraudulentos, enquanto a economia entrava em crise, devido ao declínio dos preços internacionais dos produtos de exportação do país, tais como a bauxita, o açúcar e o arroz. (...) A crise da dívida, por sua vez, atingiu a Guiana em cheio, levando-a a suspender o pagamento do serviço em 1981. Crescia a economia informal e o país dependia cada vez mais da remessa de divisas pela diáspora. Neste contexto de crise, Burnham assinou um acordo com o FMI e permitiu às empresas transnacionais explorar as recém descobertas jazidas de petróleo e urânio, num quadro de uma inflexão em direção ao capitalismo liberal e de uma acentuada emigração, com acentuada perda de quadros qualificados (764 mil pessoas abandonaram a Guiana). O país carecia de infraestruturas básicas e de geração de energia. (VISENTINI, s/n, p-05).

As fragmentações partidárias permeia ao longo de toda a história da Guiana, interesses multiculturais, por diferentes grupos sociais. A política doméstica entrelaçada a política externa, estrutura-se de forma conflitantes os interesses de grupos específicos partidários, numa tentativa de descaracterização do interesse nacional. No entanto, esse cenário mostra-se otimistas diante o aprofundamento das relações da América do Sul, no estreitamento das relações diplomáticas e participação em processos de cooperação regional, pois há alterações de interesses a uma insurgência político-social. Conforme veremos, novas plataformas passam a redefinir o cenário doméstico a influir novas agendas na política externa, pois:

Mas Burnham morreu subitamente em 1985, sendo substituído por Desmond Hoyte. Nas eleições do mesmo ano, o PNC vence as eleições com 78% dos votos, em meio à denúncia de fraude. Cinco dos seis partidos opositores criam, então, a Coalizão Patriótica pela Democracia, que boicotou o parlamento. Hoyte, eleito presidente, anunciou em janeiro de 1987 o retorno ao Socialismo Cooperativo, como forma de esvaziar a plataforma oposicionista. Mas a crise econômica e os crescentes protestos levaram o governo a decretar Estado de Emergência em dezembro de 1991, por seis meses. Neste período, a população declinou de um milhão em 1989 para 800 mil em 1992, por efeito da emigração. Em outubro de 1992, Cheddi Jagan do PPP derrotou Hoyte do PNC, obtendo 54% dos votos, contra 41%. Em 1990 a Guiana já havia ingressado na OEA, com a Venezuela tendo levantado seu veto. (Idem).

Na medida em que a Guiana demarca uma emancipação política doméstica, sua política internacional passa a revelar faces intersubjetivas de interesses escurecidos diante as coalizações da política interna. A Guiana em uma coexistência interna e externa, passa a promover em suas relações no sistema internacional, uma convergência de unidades estatais, materiais e simbólicas, na definição de seu poder. Através das “formas mais comuns de utilização do poder são: diplomacia, poder econômico e, se necessário, o uso da força” (FIGUEIRA, 2011, p.06). Não se poder esquecer que, o uso da força sempre esteve como fator de estruturante no processo de demarcação territorial do Estado.

Dessa forma, “qualquer país, independentemente do tamanho e da situação, pode exercer o poder que têm as idéias para influenciar o pensamento global a respeito do bem

coletivo” (INSANNALLY, 2004, p.124). Nesse contexto, para uma melhor compreensão sobre a ação e o papel do Estado no empreendimento de suas relações, a pensar o contexto da Guiana, se faz necessário entender que,

a ação empreendida pelos países no plano internacional, não apenas aponta para os objetivos e linhas mestras que o país adotará na sua relação com os demais agentes do sistema internacional, mas também deve compor estratégias de atuação nas diversas dinâmicas da vida internacional, considerado, para tanto, o poder relativo que cada Estado possui em relação a seus pares. Esse poder, no entanto, não é estático, já que depende não apenas de como o país converte possibilidades internas em vantagens externas, mas também de como absorve as mudanças estruturais e conjunturais do sistema internacional para favorecer potencialidades, antes adormecidas ou menos relevantes, transformando-as em fontes de poder. (FIGUEIRA, 2011, p.07).

Nesse contexto, diante a curta história da Guiana, quando comparada a outros Estados, caracteriza-se em graves tensões étnicas, corrupção, ineficácia governamental e uma fragilidade de institucionalização do Estado, a qual levou a um rígido plano de austeridade nos anos 1990, um maior rigor no controle de gastos e um plano político doméstico e externo. No entanto, “a Guiana acredita ter chegado o momento de olhar para além da sua vizinhança imediata e do seu relacionamento histórico com as metrópoles do Norte, voltando-se para o vasto espaço político e econômico que se encontra ao Sul e também ao Leste e ao Oeste” (INSANNALLY, 2004, p.118).

Nesse contexto, a República Cooperativa da Guiana, passou a desenvolver-se a novas alianças e estratégias em sua volta. Reafirmando integração em blocos regionais consoantes suas relações bilaterais desde Estados do Norte ao Sul.

Desde 1966, a Guiana busca uma emancipação política externa, diante coalizações da política doméstica, na medida em que defende seus interesses nacionais, na atuação e participação em organizações regionais, como Comunidade do Caribe (CARICOM), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Commonwealth, assim como em relações bilaterais Norte-Sul.

Para tanto, a República Cooperativa da Guiana reafirma como “diretrizes externas a consolidação de sua emancipação política, financeira e a preservação de sua integridade territorial, ante as reivindicações da Venezuela e do Suriname” (LIMA, 2011, p.14). De acordo com o ex-ministro de Relações Exteriores Insannally (2004, p.112), os principais objetivos da política externas, são:

- a) preservar a soberania, integridade territorial e independência da Guiana;
- b) promover o desenvolvimento econômico e social do país;
- c) promover laços mais estreitos com a diáspora guianense;
- d) manter relações de amizade com as nações do mundo;
- e) garantir que os interesses da Guiana sejam difundidos e promovidos na comunidade internacional;
- f) defender os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

A política externa da Guiana aponta um caminho promissor via a integração e a cooperação à medida que seus desafios políticos, de formação sócio-político-cultural, são postos a (re)pensar suas alianças e estratégias à sua agenda. Em discurso realizado na bienal

Conference of the Heads of Guyana's Missions, o presidente Donald Ramotar (2014), deixa claro os objetivos da política externa de seu governo, especificamente na promoção do desenvolvimento econômico, social e no estabelecimento de relações bilaterais.

Donald Ramotar (2014) aponta ser otimista ao projeto CARICOM sugerindo aos membros da Comunidade do Caribe, uma maior atuação em projetos bilaterais, pois assim poderá melhorar o comércio e a integração do bloco. Enquanto referencia a UNASUL, Ramotar (2014) aponta que vai continuar participando ativamente e fortalecendo as relações dentro desse mecanismo.

President Ramotar suggested that if CARICOM countries could embark on more bilateral projects and improve trade between and among themselves, this could help to promote CARICOM integration even further. The President also said that Guyana was continuing to participate actively in the Union of South American Nations and to strengthen relations within that mechanism. (GUYANA, 2014).

Ainda em seu discurso, o presidente Donald Ramotar (2014), conforme os objetivos de sua política externa, reafirmar a preservação a soberania, integridade territorial e independência da Guiana perante os demais Estados.

President Ramotar informed the Conference that with regard to Guyana's sovereignty and territorial integrity, the Government will continue to ensure that unresolved issues pertaining to its borders were addressed within the context of international law and the peaceful settlement of disputes. (GUYANA, 2014).

O discurso do presidente Donald Ramotar (2014), constitui-se como um importante meio de enfatizar os interesses do Estado, a República Cooperativa da Guiana, na medida em que suas relações exteriores demarca suas capacidades e poder, a partir de suas unidades estatais, à (re)definir os temas de sua agenda e o seu papel frente aos demais Estados, pois “os recursos mais valiosos na política exterior de um pequeno Estado como a Guiana são o prestígio e a influência que pode ter internacionalmente”. (INSANNALLY, 2004, p.124).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A República Cooperativa da Guiana, diante o seu processo de independência tardia, demarca em suas diretrizes de sua política externa a auto-afirmação de uma insurgência pós-coloniais, de autodeterminação de um Estado-nação, onde significados local-regionais transpõe as fronteiras territoriais de seus povos, dominados e subordinados, às rupturas de pertencimentos ideológicos e a escrita de uma política externa enraizada a agenda pública.

O presente trabalho, a partir das leituras e referências teóricas, dados coletados em sites e documentos do governo da Guiana e da Central de Inteligência Americana (CIA), que revelou-se importante instrumento de fornecimento de dados, possibilita-nos compreender as faces da política doméstica, diante as dinâmicas socioculturais de povos que lutam para a afirmação de uma nação política, social e cultural. A Guiana busca por meio de processo de cooperação com Estados, como o Brasil e Estados Unidos das Américas, e de uma diplomacia harmônica perante o Direito Internacional em suas relações exteriores, a estruturação de unidades estatais, a alicerçamento de suas capacidades de poderes, através de sua economia,

de sua infraestrutura, segurança e defesa, e principalmente de uma política ideológica.

A defesa e o respeito às relações de sua política exterior, são pautadas por meio do Direito Internacional aos demais Estados na medida em que busca-se nas relações local-regional, uma maior aproximação e integração as nações latino-americanas, pois a Guiana, acredita ter chegado no momento de olhar para além de suas fronteiras. Contudo, por ser tratar de um Estado novo no cenário internacional, porém com determinadas dependências colônias e econômicas a Estados não latino-americanos, a Guiana revela a abertura e um desejo de uma maior cooperação com a América do Sul e com, por acredita que sua posição geográfica, condiz com os anseios de promoção de integração regional e como ponte de acesso ao Caribe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Indicadores del desarrollo mundial**. Washington, 2014. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/pais/guyana#cp_wdi>. Acesso em: 15 out. 2014.

BUREAU OF STATISTICS. **Population & Housing Census** - Guyana National Report. GUYANA, 2014. Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy/census.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Factbook** – South America: GYANA. Estados Unidos das Américas, outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gy.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GUYANA, **Ministry of Foreign Affairs**. Disponível em: <<http://www.gina.gov.gy/home/index.php/home/all-news/item/657-president-addresses-global-developments-with-heads-of-missions>> Acesso em: 14 out. 2014.

INSANNALLY, Samuel Rudolph. **A política externa da Guiana: respostas a um contexto mundial em transformação**. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. n. 1, 2004.

LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. **Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana**. Tese Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional — Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUZA, Nilson Araújo. **América Latina: as ondas da integração**. In: Oikos (Rio de Janeiro), v. 11, n. 1 (2012), p. 87-126.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Guiana e Suriname: Uma Outra América do Sul**. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: Rio de Janeiro, 2007.